



Escola de Administração Fazendária



Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Fazenda

Concurso Público - 2010

(Edital SMF n. 01, de 16/7/2010)

Gabarito

1

Cargo:

Fiscal de Rendas

Prova 1

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

2. Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
3. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto **não** o rasure nem o amasse.
4. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“O que importa na vida não é tanto o triunfo, mas o combate.”
5. **DURAÇÃO DA PROVA: 4h30min**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
6. Na prova há **80 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
7. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica transparente (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
8. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
9. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
10. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
11. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.6 do edital regulador do concurso.
12. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
13. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

O conceito de justiça social evolui de outros princípios, segundo os quais a distribuição, entre todos os membros da sociedade, dos bens materiais, culturais, espirituais, etc., nela contidos, ou por ela produzidos, deveria fazer-se segundo as três premissas seguintes:

- 5
10
15
- a distribuição entre todos, de parte substancial dos bens econômicos produzidos pela sociedade, deveria ser tão igual e equitativa quanto humanamente factível;
 - a outra parte deveria permanecer com as pessoas como retribuição ao seu talento, esforço e mérito e à quantidade e qualidade da sua contribuição pessoal para a geração dos bens e/ou da riqueza nacional;
 - competiria ao Estado definir a quantidade, a ocasião e a forma com que cada pessoa contribuirá para tornar acessível a todos uma parte do que ganha, produz ou possui.

*(Said Farhat, Justiça Social. Dicionário Parlamentar e Político
http://www.politicaecidadania.com.br/site/dicionario_main.asp?strVerbete.
Acesso em 3/6/2010, com adaptações)*

1- Considerando a continuidade do parágrafo, julgue as possibilidades de outra redação para os itens que constituem a enumeração das “três premissas” (I.6), em destaque no texto acima.

- I. primeiramente, a distribuição entre todos, de parte substancial dos bens econômicos produzidos pela sociedade, deveria ser tão igual e equitativa quanto humanamente factível; em segundo lugar, a outra parte deveria permanecer com as pessoas como retribuição ao seu talento, esforço e mérito e à quantidade e qualidade da sua contribuição pessoal para a geração dos bens e/ou da riqueza nacional; competiria, por fim, ao Estado definir a quantidade, a ocasião e a forma com que cada pessoa contribuirá para tornar acessível a todos uma parte do que ganha, produz ou possui.
- II. a distribuição entre todos, de parte substancial dos bens econômicos produzidos pela sociedade, deveria ser tão igual e equitativa quanto humanamente factível, seria a primeira, a outra parte deveria permanecer com as pessoas como retribuição ao seu talento, esforço e mérito e à quantidade e qualidade da sua contribuição pessoal para a geração dos bens e/ou da riqueza nacional. E competiria ao Estado definir a quantidade, a ocasião e a forma que cada pessoa contribuirá para tornar acessível a todos uma parte do que ganha, produz ou possui, seria a terceira.

III. as duas primeiras seriam: a distribuição entre todos, de parte substancial dos bens econômicos produzidos pela sociedade, deveria ser tão igual e equitativa quanto humanamente factível; e a outra parte deveria permanecer com as pessoas como retribuição ao seu talento, esforço e mérito e à quantidade e qualidade da sua contribuição pessoal para a geração dos bens e/ou da riqueza nacional. Como terceira competiria ao Estado definir a quantidade, a ocasião e a forma com que cada pessoa contribuirá para tornar acessível a todos uma parte do que ganha, produz ou possui.

Estão respeitadas a coerência entre os argumentos e a correção gramatical apenas em

- a) II
- b) I
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

2 - Assinale a opção em que o trecho constitui continuação gramaticalmente correta, coesa e coerente para o segmento abaixo.

Levantamento da Fundação Dom Cabral mostrou que em 2/3 das 76 maiores companhias do País há falta de pessoal qualificado que elas não conseguem encontrar no mercado. Há vagas abertas para engenheiros, eletricitas, carpinteiros, técnicos em operação e manutenção, secretárias, profissionais de Tecnologia da Informação, finanças, vendas e até motoristas, em todo o País. Mas, dadas as deficiências educacionais, muitas vagas não podem ser preenchidas.

(O Estado de S. Paulo, Editorial, 29/5/2010)

- a) Porquanto a Vale abriu um curso de pós-graduação para engenheiros nas áreas de pelotização, ferrovias, portos e mineração, concedendo bolsa integral e pagando R\$ 3 mil por mês para alunos que serão contratados após o término das aulas.
- b) No entanto, o professor responsável pelo levantamento considera a escassez de trabalhadores qualificados uma restrição de gravidade comparável à da falta de infraestrutura, e também impede maior crescimento da economia.
- c) Conquanto, a demanda interna, aliada a essa crise econômica internacional, está atraindo de volta parte dos 3,3 milhões de brasileiros que emigraram, sobretudo para a América do Norte, Europa e Japão. Mais de 400 mil pessoas estão voltando para trabalhar no Brasil.

d) Embora a escassez de trabalhadores preparados decorre, em geral, dessa baixa qualidade da educação pública e privada, em todos os níveis, e à pouca preocupação de grande parte das universidades em formar pessoal para atender à demanda do mercado de trabalho. Nos últimos dez anos, crescemos abruptamente, mas ao mesmo tempo não demos valor à formação escolar.

e) Assim, pelos números do Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados (Caged), calcula-se que mais de 2 milhões de empregos formais serão abertos neste ano, mas a maioria dos contratados terá baixa qualificação e baixos salários.

Leia o texto abaixo para responder às questões 3 e 4.

Na teoria clássica, a finalidade do Estado é promover o bem comum da sociedade, considerado como o conjunto de condições que permite aos indivíduos atingirem o seu bem particular. Se o Estado propicia segurança, educação, saúde, trabalho, previdência, moradia e transporte, o indivíduo tem as condições mínimas para atingir a felicidade, a que todos os homens tendem. No entanto, é preciso fazer a distinção entre fins e meios. O bem comum é a finalidade e os direitos sociais, os meios para promovê-lo. Nesse diapasão, não se pode colocar a felicidade como direito a ser garantido pelo Estado. O que é dever do Estado é assegurar os meios para que cada um possa chegar à felicidade.

(Ives Gandra Martins Filho, A felicidade e a constituição. Correio Braziliense, 8 de junho, 2010, com adaptações)

3 - Constitui uma continuidade gramaticalmente correta e coerente com a argumentação do texto o seguinte parágrafo:

- a) Portanto, como a felicidade, na visão aristotélica, por estar ligada à excelência moral, à vivência moral, concretamente apenas ao direito, o bem estar social é possível de normatização em forma de lei.
- b) Em suma, o que se pode falar, com propriedade, é no direito ao bem estar social, como condição para a consecução da felicidade pessoal, já que a felicidade, a rigor só atingiria-se indiretamente.
- c) Assim, poderia falar-se apenas em direito do bem estar social; já que a felicidade depende de excelência moral e de vivência moral, que são condições pessoais só possível de serem atingidas indiretamente.
- d) Enfim, poderia-se apenas falar, com propriedade, no direito ao bem estar social como condição para a realização da felicidade pessoal, pois a rigor, a felicidade só é indiretamente alcançada.
- e) Desse modo, segundo Aristóteles é na vivência moral que se encontram os meios que o bem estar social fornecem para a plena realização da vivência humana constituindo a felicidade.

4 - Provoca-se **erro** gramatical e **incoerência** textual ao fazer a seguinte substituição no texto:

- a) “permite”(l.4) por **permitem**.
- b) “atingirem”(l.4) por **atingir**.
- c) a vírgula depois de “sociais”(l.11) por **são**.
- d) “a que”(l.8) por **a qual**.
- e) “promovê-lo”(l.12) por **o promover**.

Leia o texto abaixo para responder às questões 5 e 6.

A Eurostat, o organismo da União Europeia encarregado da elaboração de estatísticas econômicas, mostrou que, em abril, nada menos que 101 entre cada 1.000 cidadãos em atividade

5 na área do euro (16 países) não conseguiram encontrar ocupação remunerada. É a pior situação em 12 anos.

Reduzir tudo a efeito natural da atual crise é simplismo. Flagelos assim são como os desastres

10 de avião: sempre têm múltiplas causas. O crescente desemprego no mundo rico foi acentuado pela crise, mas é bem mais do que isso. É o resultado de algumas degradações acumuladas nas últimas décadas: perda de competitividade da indústria, rápido envelhecimento da população,

15 custo elevado da mão de obra, falta de reformas políticas e econômicas.

Paradoxalmente, a crise do desemprego tende a se acentuar pelos fatores que pretendiam

20 atenuar seu impacto. Assim como a antecipação da aposentadoria pretendia abrir vagas aos mais jovens, mas tudo o que produziu foi a deterioração das finanças dos sistemas previdenciários, os mecanismos de seguro social vêm ajudando a

25 criar enormes rombos, que, por sua vez, atiram as finanças públicas ao endividamento e à insolvência (e não apenas à falta de liquidez), como parece ser o caso da Grécia e talvez o de Portugal e Espanha. E aí chegamos a uma situação em que

30 os instrumentos de defesa do emprego criam mais desemprego.

(Celso Ming, *O Estado de S. Paulo*, 2/6/2010)

5 - Em relação às ideias do texto, assinale a opção correta.

- a) Há 12 anos, a situação na União Europeia apresentava desemprego muito maior que as taxas atuais.
- b) A crise econômica atual começou a provocar o desemprego na área do euro.
- c) O rápido envelhecimento da população contribuiu para diminuir as taxas de desemprego na União Europeia.
- d) A antecipação da aposentadoria e a abertura de vagas para os mais jovens fortaleceram os sistemas previdenciários.
- e) Medidas que pretendiam atenuar o impacto da crise do desemprego resultaram em mais desemprego.

6 - Em relação às estruturas do texto, assinale a opção correta.

- a) O emprego de vírgulas após “Eurostat”(l.1) e após “econômicas”(l.3) justifica-se por isolar expressão que tem função de vocativo.
- b) O termo “como”(l.9) indica que “desastres de avião” se dão por causa de “flagelos”.
- c) Mantém-se a correção gramatical do período ao se substituir “se acentuar”(l.19) **por ser acentuada**.
- d) O emprego de vírgulas após “indústria”(l.15), “população”(l.15) e “obra”(l.16) justifica-se por isolar elementos de mesma função sintática componentes de uma enumeração de itens.
- e) O emprego de sinal indicativo de crase em “à insolvência”(l.26) justifica-se pelas relações de regência com “endividamento”.

As questões 7 e 8 baseiam-se no texto abaixo.

Durante muito tempo, a tributação foi vista apenas como um instrumento de receita do Estado. Apesar desta missão ser, por si só, relevante, na medida em que garante os recursos financeiros para que o Poder Público bem exerça seu mister, a verdade é que, pouco a pouco, descobriu-se outra faceta não menos importante na tributação. Atualmente, com a predominância do modelo do Estado Social, a despeito dos fortes movimentos no sentido do ressurgimento do liberalismo, não se pode abrir mão do uso dos tributos como eficazes instrumentos de política e de atuação estatal, nas mais diversas áreas, sobretudo na social e na econômica. Deve ser ressaltado que a política tributária, embora consista em instrumento de arrecadação tributária, necessariamente não precisa resultar em imposição. O governo pode fazer política tributária utilizando-se de mecanismos fiscais através de incentivos fiscais, de isenções, entre outros mecanismos que devem ser considerados com o objetivo de conter o aumento da arrecadação de tributos.

5

10

15

20

(Maria de Fátima Ribeiro & Natália Paludetto Gesteiro, *A busca da cidadania fiscal no desenvolvimento econômico: função social do tributo*. <http://www.diritto.it/archivio> - acesso em 3/6/2010, com adaptações)

7- Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao substituir

- a) “exerça” (l.5) por **exercesse**.
- b) “desta”(l.3) por **de esta**.
- c) “se pode” (l.11) por **pode-se**.
- d) “ser ressaltado”(l.14) por **ser ressaltada**.
- e) “em instrumento”(l.15) por **de instrumento**.

8 - Assinale a expressão do texto que, no desenvolvimento da argumentação, é usada com valor de causa.

- a) “como um instrumento de receita do Estado”(l.2).
- b) “como eficazes instrumentos de política”(l.11 e 12).
- c) “com a predominância do modelo do Estado Social”(l.8 e 9).
- d) “utilizando-se de mecanismos fiscais”(l.18 e 19).
- e) “com o objetivo de conter o aumento da arrecadação”(l.21 e 22).

9 - Assinale a opção que interpreta corretamente o uso das estruturas linguísticas no texto abaixo.

Consiste a justiça social no justo equilíbrio entre dois princípios: a liberdade política, no mais alto grau possível, e a igualdade nas oportunidades abertas a todos, para que cada um realize seu potencial, nos campos do trabalho, da economia, da educação, da saúde e da segurança social. A razão de tal equilíbrio deve ser buscada tanto no direito natural quanto em considerações éticas. Completa-se o sentido da justiça social na verificação empírica das possibilidades reais, oferecidas pela sociedade, de cada pessoa atingir os parâmetros desejados de bem estar, segurança e prosperidade – preservados, em toda a extensão, seus direitos e liberdade.

(Said Farhat, *Justiça Social. Dicionário Parlamentar e Político*

http://www.politicaecidadania.com.br/site/dicionario_main.asp?strVerbete.

Acesso em 3/6/2010, com adaptações)

- a) O uso das vírgulas depois de “política”(l.2) e de “possível”(l.3) desempenha função semelhante à das vírgulas depois de “trabalho”(l.5), “economia”(l.5) e “bem estar”(l.12), que é a de separar termos de enumeração.
- b) A flexão de feminino plural em “abertas”(l.4) tanto possibilita a concordância com “oportunidades” (l.3), quanto com o sujeito composto por “liberdade”(l.2) e “igualdade”(l.3); mas o desenvolvimento do texto mostra que a coerência depende da concordância com o sujeito composto.
- c) Na linha 4, o uso do modo subjuntivo em “realize” indica que se trata apenas de possibilidade de realização; para se enfatizar a ideia de certeza, o texto estaria gramaticalmente correto se o verbo fosse empregado no modo indicativo: **realiza**.
- d) A flexão de plural em “preservados”(l.13) deve-se à concordância com “parâmetros”(l.12), enfatizados com o uso do travessão.
- e) A repetição da preposição **de** antes de “economia” (l.5), “educação”(l.6) “saúde”(l.6) e “segurança”(l.6) indica que esses são termos que complementam “nos campos”(l.5); e, por essa razão, também o uso do singular, **no campo**, manteria o texto coeso e gramaticalmente correto.

10- Assinale como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a respeito da organização do texto abaixo.

O ocidente europeu no período medievo foi um mundo onde o poder estava dividido e sempre instável, sendo exercido de forma independente pelos chamados senhores feudais, geralmente possuidores de grandes extensões de terras. As relações entre vassalo (aquele que prestava homenagem) e suserano (aquele que recebia a homenagem) envolviam a cessão de direito, por parte do suserano, de uma geração de ganho para o vassalo em troca de alianças que visavam a uma consolidação do poder, sempre ameaçado por outros senhores. O objeto de onde provinha essa geração de ganho era chamado “feudo”. Erroneamente identificado como sendo somente uma porção de terra, na verdade o feudo podia assumir vários aspectos, como, por exemplo, uma ponte ou uma estrada onde se cobrava pedágio.

(Leituras da História, n.31, p.30, com adaptações)

- () Desrespeitam-se as relações entre os argumentos e provoca-se erro gramatical ao substituir “onde”(l.2) por **em que**.
- () Explicita-se a relação entre as ideias do texto ao iniciar o segundo período sintático do texto por um conectivo, escrevendo: **Conquanto as relações**.
- () Explicita-se a relação entre as ideias do texto ao inserir, entre vírgulas, o conectivo **no entanto** depois de “identificado”(l.14).
- () Desrespeitam-se as relações entre os argumentos e provoca-se erro gramatical ao substituir “onde”(l.17) por **a qual**.

A sequência obtida é

- a) F, F, V, V
- b) V, F, F, V
- c) F, V, V, F
- d) F, F, V, F
- e) V, V, F, V

O texto abaixo serve de base para as questões 11 a 13.

Com o advento do Estado Social e Democrático de Direito, ganhou força a tese que defende a necessidade de interpretar a relação jurídica tributária de forma contextualizada com o valor constitucional da solidariedade social. Isso não significa, porém, que a busca da solidariedade social prevalecerá sempre sobre todas as demais normas constitucionais, pois sempre existirão situações em que restará configurada a supremacia de outros valores, também positivados no texto constitucional. A solidariedade de que trata a Constituição, no entanto, é a solidariedade genérica, referente à sociedade como um todo, em oposição à solidariedade de grupos sociais homogêneos, a qual se refere a direitos e deveres de um grupo social específico. Por força da solidariedade genérica, é lógico concluir que cabe a cada cidadão brasileiro dar a sua contribuição para o financiamento do “Estado Social e Tributário de Direito”. Infelizmente, é um fato cultural e histórico o contribuinte ver na arrecadação dos tributos uma “subtração”, em vez de uma contribuição a um Erário comum. Diante disso, o tema da solidariedade é fundamental, porque leva a uma reflexão sobre as razões pelas quais se pagam tributos, ou porque deva existir uma lealdade tributária.

(Daniel Prochalski, *Solidariedade social e tributação*.
<http://jus2.uol.com.br/Doutrina/texto>, acesso em 9/6/2010, com adaptações)

11- Assinale a opção correta a respeito das relações de coesão no texto.

- Por meio do pronome “Isso”(l.5) retoma-se a ideia de “advento do Estado Social e Democrático de Direito”(l.1 e 2).
- O substantivo “situações”(l.9) resume e retoma as relações entre “o advento do Estado Social e Democrático de Direito”(l.1 e 2) e “o valor constitucional da solidariedade social”(l.4 e 5).
- Por meio do pronome “a qual”(l.15 e 16), retoma-se “sociedade” (l.14)
- A expressão “outros valores”(l.10) refere-se a valores que constam do texto constitucional.
- É classificado como “cultural e histórico”(l.22) o fato de cada cidadão brasileiro dar sua contribuição para o financiamento do Estado.

12- Com referência ao uso do sinal indicativo da crase, respeitem-se a correção gramatical e a coerência textual ao

- inseri-lo em “as demais normas”(l.7 e 8).
- retirá-lo de “à sociedade”(l.14).
- inseri-lo em “a qual”(l.15 e 16).
- retirá-lo de “à solidariedade”(l.14 e 15).
- inseri-lo em “a uma reflexão”(l.26 e 27).

13- Com relação ao emprego do pronome relativo, mantêm-se a coerência entre os argumentos e a correção gramatical do texto ao usar

- por que** em lugar de “pelas quais”(l.27).
- na qual** em lugar de “em que”(l.9).
- que** em lugar de “de que”(l.12).
- a que** em lugar de “a qual”(l.15 e 16).
- em que** em lugar de “que”(l.2).

Considere o texto abaixo para responder às questões 14 e 15.

Os economistas G. Ranis, F. Stewart e A. Ramirez analisaram 76 países durante um período de 32 anos. Dividiram-nos de acordo com dois critérios: desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano (nesse caso, medido através de uma combinação de indicadores de educação e saúde). Usando-se essas duas dimensões, pode-se ter duas situações de equilíbrio (quando o lado humano e o econômico são igualmente altos ou baixos) e duas de desequilíbrio (quando o humano é alto e o econômico é baixo, vice-versa). Surgem algumas conclusões interessantes desse estudo. A primeira é que as situações de desequilíbrio duram pouco. Se um país tem muito crescimento econômico e pouco capital humano (CH), ele tende a parar de crescer ou a aumentar seu lado humano. A segunda: é muito difícil sair de uma situação de equilíbrio negativo. Mais da metade dos países que tinham baixo crescimento e baixo CH em 1960 permanecia na mesma posição na década de 90. A terceira é que o crescimento econômico, quando desacompanhado de evolução do lado humano, dura pouco: de todos os países que tinham algum crescimento econômico e baixo CH no início do período, nenhum conseguiu chegar ao equilíbrio em alto nível. Todos, sem exceção, terminaram o período com baixo crescimento e baixo CH. A quarta, e mais importante, é que a estratégia de privilegiar o lado humano dá frutos muito melhores do que aquela que enfatiza só o lado econômico.

(Gustavo Lochpe, *Brasil: a primeira potência de semi-letrados?*
Veja, 14 de abril de 2010, com adaptações)

14- De acordo com o desenvolvimento do texto, assinale a palavra que não está subentendida na posição indicada.

- a) **situações** depois de “duas”(l.8).
- b) **economicamente** depois de “crescer”(l.17).
- c) **conclusão** depois de “importante”(l.29).
- d) **econômico** depois de “equilíbrio”(l.27).
- e) **estratégia** depois de “aquela”(l.31).

15- Assinale a opção correta a respeito das relações de concordância no texto.

- a) O plural no pronome em “Dividiram-nos”(l.3) deve-se à concordância com o sujeito subentendido da oração: “Os economistas G. Ranis, F. Stewart e A. Ramirez”(l.1)
- b) A flexão de singular no verbo em “pode-se”(l.8) faz a concordância com o sujeito indeterminado; mas é igualmente correto flexionar o verbo no plural, fazendo a concordância com “duas situações”(l.8): **podem-se ter**.
- c) A flexão de plural em “Surgem”(l.12) tanto permite a interpretação como indicação de sujeito indeterminado como admite a inferência de “duas dimensões”(l.7) como sujeito subentendido da oração.
- d) A flexão de singular em “dá”(l.30) é determinada por “lado humano” (l.30); mas, se fosse usada a expressão **aspectos humanos**, a coerência do texto não seria prejudicada, desde que o verbo fosse flexionado no plural.
- e) O termo “mais da metade dos países”(l.19) estabelece duas relações diferentes de concordância: “países”(l.19) determina a flexão de plural em “tinham”(l.20), enquanto “permanecia”(l.21) faz a concordância com “metade”(l.19)

16- As revoluções inglesas do século XVII foram, na verdade, marcos políticos importantes do avanço de ideias libertárias e igualitárias. Deixaram como resultado um núcleo fundamental de direitos individuais, os direitos civis, que foi sendo ampliado(a). As ideias de liberdade e igualdade não se deteram(b), no entanto, no espaço individual, mas invadiram a esfera política. O marco fundamental aqui foi(c) a criação e o funcionamento de instituições representativas. A autoridade é, assim, necessária para a vida em sociedade, mas só será(d) legítima se fundada no consentimento daqueles sobre os quais(e) é exercida.

(Roberto Freire, Vilma Figueiredo & Caetano de Araújo. Estado e democracia. In: Contemporâneos do Futuro, p. 50-51, com adaptações)

O texto foi transcrito com erro gramatical em

- a) a
- b) b
- c) c
- d) d
- e) e

17- Uma economia obsoleta pode manter e até multiplicar empregos, por vezes com recurso ao mercado informal, _____(a)_____ a lógica da mais-valia absoluta. _____(b)_____ do sistema produtivo e conseqüente dificuldade crescente de gerar excedentes para o social. Uma economia moderna tende a poupar empregos, pelo menos os obsoletos, mas pode _____(c)_____, na possível formação de consumo de massa disponível para a maioria, no barateamento e melhoria da qualidade dos produtos, _____(d)_____ um excedente econômico muito mais considerável. Sua aplicação social adequada será, então, questão de cidadania, _____(e)_____ a uma redistribuição de renda, não a produção econômica como tal.

(Pedro Demo, Desafios modernos da educação, p. 35-36, com adaptações)

Assinale a opção em que as **duas** possibilidades para preenchimento do texto preservam sua correção gramatical e coerência argumentativa.

- a) mas tende a prestigiar / *enquanto tende ao prestígio*
- b) A exploração capitalista acrescenta ao sucateamento / *À exploração capitalista acrescenta-se o sucateamento*
- c) podem oferecer relativa compensação aos ganhos de produtividade / *pode oferecer relativa compensação nos ganhos de produtividade*
- d) advindo disso / *o que gera*
- e) porque é esta que leva / *porque segundo esta leva*

18- A ideia de um Estado em ação implica ____ (1)____ heterogeneidade, a luta de poder e o conflito de interesses mesmo dentro da burocracia estatal. Logo, analisar o Estado em ação significa levar em conta sua dinâmica interna, a partir das ações de diferentes sujeitos, ____ (2)____ difícil recorrer, nesse nível, a modelos analíticos que ____ (3)____ reduzam a um instrumento de classe, a gestor da ordem social, a promotor do desenvolvimento, ou a qualquer outra concepção que ____ (4)____ os inevitáveis antagonismos, tanto do Estado com a sociedade quanto internamente, ____ (5)____ máquina estatal.

(Maria Cecília Londres Fonseca, O patrimônio em processo, p.46, com adaptações)

Assinale a opção em que, na sequência, os termos preenchem corretamente as lacunas do texto acima.

	1	2	3	4	5
a)	na	torna	lhe	venha neutralizar	na
b)	a	tornando-se	o	neutralize	na
c)	a	tornando	lhe	neutralizam	a
d)	na	tornando	o	neutralizam	a
e)	em	tornando-se	lhe	neutralize	a

19- Os trechos abaixo constituem um texto adaptado de O Estado de S. Paulo, Editorial, de 1/6/2010. Assinale a opção em que não foram inseridos erros gramaticais e o trecho foi transcrito de forma gramaticalmente correta.

- a) Os consumidores pagam juros maiores porque obtém crédito com prazos maiores e prestações menores. Alguns fatos recentes estão contribuindo para um aumento da demanda, assim como, das pressões inflacionárias.
- b) A economia brasileira vive um processo de aquecimento que as últimas modificações da conjuntura estão agravando. O aquecimento tem sua origem no inchaço cada vez maior da demanda doméstica, que até agora não foi afetada pelo aumento da taxa Selic.
- c) À política de “bondades” do governo, em vigor nos últimos meses, veio se acrescentar à do Legislativo, que se aproveita do período eleitoral para propor medidas mais condescendentes. Isso aumenta perigosamente o poder aquisitivo da população.
- d) Chegamos, agora, a uma situação de quase pleno emprego, em que os salários não são mais determinados pela qualificação da mão de obra, mas pela dificuldade de contratar os trabalhadores necessários. O resultado é um aumento salarial duradouro, cujo peso na formação de preços.
- e) É claro que a indústria tem dificuldades em acompanhar o ritmo de crescimento da demanda doméstica, recorrendo para isso à importações, que nem sempre têm preços menores do que os apresentados pela produção nacional.

20- Assinale a opção em que, ao ser transcrito, o fragmento do editorial adaptado da Revista Veja, de 4 de agosto, 2010, desrespeitou a gramática da norma culta.

- a) Assim, resistiu as intempéries desencadeadas pela crise internacional e continua no rumo certo. Os indicadores são tão bons que uma bravata se espalhou pelos cinco continentes como se for realidade.
- b) O Brasil vai muito bem graças ao permanente compromisso com a estabilidade, o dinamismo da iniciativa privada, a racionalidade e a regulação avançada do eficiente sistema bancário.
- c) Um dos resultados é que entidades filantrópicas dos países de fato ricos estão desistindo de investir em projetos sociais brasileiros, enquanto aumentam suas verbas para aqueles em andamento na África.
- d) Segundo ela, o Brasil se tornou uma nação rica, de Primeiro Mundo, que não precisa da ajuda de ninguém e ainda empresta dinheiro aos países ricos.
- e) Certos clichês comportam verdades. Um deles é o de que o Brasil é um país de contrastes. Pegue-se o caso dos indicadores gerais de economia.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

21- A proposição “um número inteiro é par se e somente se o seu quadrado for par” equivale logicamente à proposição:

- a) se um número inteiro for par, então o seu quadrado é par, e se um número inteiro não for par, então o seu quadrado não é par.
- b) se um número inteiro for ímpar, então o seu quadrado é ímpar.
- c) se o quadrado de um número inteiro for ímpar, então o número é ímpar.
- d) se um número inteiro for par, então o seu quadrado é par, e se o quadrado de um número inteiro não for par, então o número não é par.
- e) se um número inteiro for par, então o seu quadrado é par.

22- Em uma amostra de 100 empresas, 52 estão situadas no Rio de Janeiro, 38 são exportadoras e 35 são sociedades anônimas. Das empresas situadas no Rio de Janeiro, 12 são exportadoras e 15 são sociedades anônimas e das empresas exportadoras 18 são sociedades anônimas. Não estão situadas no Rio de Janeiro nem são sociedades anônimas e nem exportadoras 12 empresas. Quantas empresas que estão no Rio de Janeiro são sociedades anônimas e exportadoras ao mesmo tempo?

- a) 18
- b) 15
- c) 8
- d) 0
- e) 20

23- Um círculo está inscrito em um triângulo equilátero que, por sua vez, está inscrito em outro círculo. Determine a razão entre a área do círculo maior e a área do círculo menor.

- a) $\sqrt{3}$
- b) 2
- c) 3
- d) $\sqrt{2}$
- e) 4

- 24- Dois números a e b , $a \neq 0$, $b \neq 0$ e $b > a$, formam uma razão φ tal que $\varphi = b/a = (a+b)/b$. Calcule o valor mais próximo de φ .
- a) 1,618
 - b) 1,732
 - c) 1,707
 - d) 1,5708
 - e) 1,667
- 25- O departamento de vendas de imóveis de uma imobiliária tem 8 corretores, sendo 5 homens e 3 mulheres. Quantas equipes de vendas distintas podem ser formadas com 2 corretores, havendo em cada equipe pelo menos uma mulher?
- a) 15
 - b) 45
 - c) 31
 - d) 18
 - e) 25
- 26- Em cada um de um certo número par de cofres são colocadas uma moeda de ouro, uma de prata e uma de bronze. Em uma segunda etapa, em cada um de metade dos cofres, escolhidos ao acaso, é colocada uma moeda de ouro, e em cada um dos cofres restantes, uma moeda de prata. Por fim, em cada um de metade dos cofres, escolhidos ao acaso, coloca-se uma moeda de ouro, e em cada um dos cofres restantes, uma moeda de bronze. Desse modo, cada cofre ficou com cinco moedas. Ao se escolher um cofre ao acaso, qual é a probabilidade de ele conter três moedas de ouro?
- a) 0,15
 - b) 0,20
 - c) 0,5
 - d) 0,25
 - e) 0,7

27- A partir de uma amostra aleatória simples formada por 22 observações das variáveis X e Y calculou-se

$$\sum_{i=1}^{22} X_i = 440, \quad \sum_{i=1}^{22} Y_i = 286, \quad \sum_{i=1}^{22} (X_i - \bar{X})^2 = 850,$$

$$\sum_{i=1}^{22} (Y_i - \bar{Y})^2 = 1.690, \quad \text{e} \quad \sum_{i=1}^{22} (X_i - \bar{X})(Y_i - \bar{Y}) = 1.105.$$

Obtenha a reta de regressão linear de Y em X.

a) $\hat{Y}_i = 13 + 0,65 X_i$

b) $\hat{Y}_i = 13 + 1,3 X_i$

c) $\hat{Y}_i = 20 + 0,65 X_i$

d) $\hat{Y}_i = 20 + 2 X_i$

e) $\hat{Y}_i = -13 + 1,3 X_i$

28- Com os dados da questão anterior, calcule o valor mais próximo do coeficiente de determinação R^2 da regressão linear de X em Y.

a) 0,65

b) 0,81

c) 0,85

d) 0,91

e) 0,88

29- Um financiamento no valor de R\$ 360.000,00 deve ser pago em 180 prestações mensais, pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa nominal de 12% ao ano, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês e assim sucessivamente. Calcule o valor mais próximo da décima prestação.

a) R\$ 5.600,00

b) R\$ 5.420,00

c) R\$ 5.400,00

d) R\$ 5.380,00

e) R\$ 5.500,00

30- Um título sofre um desconto simples por fora de R\$ 2.500,00 quatro meses antes do seu vencimento a uma taxa de desconto de 2,5% ao mês. Qual é o valor mais próximo do valor nominal do título?

a) R\$ 22.500,00

b) R\$ 25.000,00

c) R\$ 17.500,00

d) R\$ 20.000,00

e) R\$ 27.500,00

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Área para rascunho

31- O princípio da moralidade administrativa, estabelecido no art. 37 da Constituição Federal, pode ser visto, também, sob o aspecto da proibição na administração pública, que tem especial destaque no § 4º desse mesmo artigo, segundo o qual:

- I. as penas aplicáveis em casos de atos de improbidade administrativa são: a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento do erário;
- II. a graduação dessas penas deve ser feita por lei;
- III. a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos são penas alternativas, não sendo lícito ao julgador aplicá-las cumulativamente;
- IV. a punição por ato de improbidade impede que se intente a ação penal pelos mesmos fatos;
- V. a indisponibilidade de bens restringe-se aos adquiridos com o produto do enriquecimento ilícito.

Estão corretas:

- a) apenas as afirmativas I e II.
- b) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- c) apenas as afirmativas II, III e V.
- d) apenas as afirmativas I, II, III e V.
- e) as afirmativas I, II, III, IV e V.

32- De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal, aprovado pelo Decreto nº 13.319, de 20 de outubro de 1994, são deveres fundamentais do servidor público:

- I. abster-se de exercer as prerrogativas funcionais do cargo de forma contrária aos legítimos interesses dos usuários do serviço público;
- II. facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito;
- III. materializar os princípios éticos mediante a adequada prestação dos serviços públicos;
- IV. não omitir a verdade, ainda que contrária aos interesses da Administração;
- V. exigir de seus superiores hierárquicos as providências cabíveis relativas a ato ou fato contrário ao interesse público que tenha levado ao conhecimento deles.

Estão corretas:

- a) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- b) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- c) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, II, e IV.
- e) apenas as afirmativas II, III e IV.

33-De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal, aprovado pelo Decreto n. 13.319, de 20 de outubro de 1994, é vedado ao servidor público:

- I. fazer uso de informação privilegiada obtida no âmbito interno do seu serviço, salvo quando a informação afetar interesse do próprio servidor;
- II. determinar a servidor que lhe é subordinado que realize serviços do seu interesse particular (do interesse particular do mandante);
- III. utilizar-se da influência do cargo para obter emprego para um parente próximo;
- IV. procrastinar decisão a ser proferida em processo de sua competência, em razão de antipatia pela parte interessada;
- V. aceitar ajuda financeira, para si ou para familiares, fornecida pela parte interessada, para fins de praticar ato regular e lícito, inserido em sua esfera de atribuições.

Estão corretas:

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
 - b) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
 - c) apenas as afirmativas II, III, IV e V.
 - d) apenas as afirmativas I, II, e IV.
 - e) apenas as afirmativas II, III e IV.
- 34- O servidor que exige de um cidadão certa quantia em dinheiro para praticar ato regular e lícito, relativo às suas funções, comete, em tese, o crime de:
- a) prevaricação.
 - b) corrupção passiva.
 - c) concussão.
 - d) corrupção ativa.
 - e) excesso de exação.
- 35- Um cidadão solicitou a um servidor público que redigisse um requerimento em seu nome (nome do cidadão) postulando certo benefício que ele (cidadão) entendia ter direito. Prometeu-lhe pagar certa quantia em dinheiro caso a postulação fosse atendida. O assunto não se inseria na esfera de atribuições do servidor, mas, mesmo assim, ele se prontificou a atender à solicitação. Feito o acordo entre os dois, o servidor redigiu um requerimento, nos devidos termos, o qual foi assinado e protocolizado pelo interessado. Valendo-se do conhecimento que tinha com o responsável por decidir o requerimento, o servidor cuidou para que o direito postulado fosse reconhecido e deferido o mais breve possível. Neste caso, esse servidor:
- a) cometeu o crime de corrupção passiva.
 - b) cometeu o crime de advocacia administrativa.
 - c) cometeu o crime de prevaricação.
 - d) cometeu o crime de corrupção ativa.
 - e) não cometeu crime algum.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

36- Suponha que o governo de uma determinada região resolva aumentar o crédito para financiamento de aquisições de unidades habitacionais. Considere que tanto o mercado imobiliário quanto o mercado de fatores operam em regime de concorrência perfeita, com custos constantes, e que a oferta de fatores de produção é totalmente elástica. Assim, pode-se dizer que:

- a) os produtores maximizarão seus lucros no intervalo em que o custo médio de produção de longo prazo é decrescente.
- b) a oferta de habitação de longo prazo também será totalmente elástica.
- c) haverá excesso de demanda.
- d) haverá aumento nos preços das unidades habitacionais.
- e) novas empresas entrarão no mercado e a função oferta de curto prazo será decrescente.

37- A partir de um modelo keynesiano simplificado, fechado e sem governo, podemos dizer que, quando a produção está acima do equilíbrio macroeconômico,

- a) o investimento equivale à poupança.
- b) há excesso de demanda por bens.
- c) há excesso de oferta de moeda.
- d) a taxa de juros da economia deve cair.
- e) a produção supera a demanda.

38- Na existência de externalidade negativa na produção de um determinado bem, pode-se dizer que:

- a) em qualquer nível de produção, o custo social é menor do que seria sem a externalidade negativa.
- b) a curva de oferta de mercado está acima da curva de custo social.
- c) a quantidade socialmente ótima é menor do que a quantidade de equilíbrio de mercado.
- d) o pagamento de subsídios à produção do bem serve de incentivo para compensar à sociedade pela existência da externalidade.
- e) o custo de produção do bem é menor para a sociedade do que para o produtor.

39- A respeito dos conceitos e uso dos bens públicos, semipúblicos e privados é correto afirmar, exceto:

- a) os bens privados, assim conceituados pelas finanças públicas, são aqueles em que a produção não é realizada por entidade pública e seu consumo por um indivíduo pode impedir sua disponibilidade para outros indivíduos.
- b) os bens públicos têm como uma das suas características a impossibilidade de se excluir determinados indivíduos ou segmentos da população do seu consumo.
- c) no caso dos bens públicos, a curva total de demanda é dada pela soma vertical das demandas individuais.
- d) o princípio da não-exclusão condiciona que o consumo de bens públicos é exercido coletivamente em detrimento do consumo individualmente.
- e) uma das características dos bens semipúblicos é um elevado grau de externalidade em razão de os benefícios advindos do seu consumo não serem totalmente internalizados pelo indivíduo que o consome.

40- A respeito do orçamento público no Brasil e os aspectos relacionados aos parâmetros da política fiscal, é correto afirmar, exceto:

- a) a limitação de empenhos é um dos mecanismos de controle da política fiscal e visa ao cumprimento da meta de resultado primário.
- b) a política orçamentária tem como um dos seus objetivos a redução das desigualdades sociais.
- c) o estabelecimento de uma programação financeira e do cronograma mensal de desembolso é uma das exigências da política fiscal atualmente praticada no Brasil.
- d) os recursos legalmente vinculados constituem-se em importante instrumento da política fiscal, uma vez que só podem ser aplicados naqueles objetos para os quais ocorreu a vinculação.
- e) o resultado primário caracteriza-se por indicar a necessidade ou não de financiamento do setor público por terceiros.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41- Referente aos princípios da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) Tendo em vista o caráter restritivo da medida, é necessária lei formal para coibir a prática de nepotismo no âmbito da Administração Pública, tornando-se inviável, assim, sustentar tal óbice com base na aplicação direta dos princípios previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.
- b) Entre os princípios da Administração Pública previstos expressamente na Constituição Federal, encontram-se os da publicidade e da eficácia.
- c) É viável impedir, excepcionalmente, o desfazimento de um ato, a princípio, contrário ao Ordenamento Jurídico, com base no princípio da segurança jurídica.
- d) O princípio da autotutela consiste na obrigatoriedade de o agente público, independentemente da sua vontade, sempre defender o ato administrativo quando impugnado judicialmente, em face da indisponibilidade do interesse defendido.
- e) O devido processo legal não é preceito a ser observado na esfera administrativa, mas apenas no âmbito judicial.

42- Em relação aos Poderes da Administração, assinale a opção incorreta.

- a) Apesar do nome que lhes é outorgado, os Poderes da Administração não podem ser compreendidos singularmente como instrumentos de uso facultativo e, por isso, parte da doutrina os qualifica de “deveres-poderes”.
- b) O Poder de Polícia possui um conceito amplo e um conceito estrito, sendo que o sentido amplo abrange inclusive atos legislativos abstratos.
- c) O Poder Hierárquico não é restrito apenas ao Poder Executivo.
- d) O exercício do Poder Disciplinar é o fundamento para aplicação de sanções a particulares, inclusive àqueles que não possuem qualquer vínculo com a Administração.
- e) Poder Regulamentar configura a atribuição conferida à Administração de editar atos normativos secundários com a finalidade de complementar a lei, possibilitando a sua eficácia.

43- Assinale a opção em que consta hipótese que não é aplicável simultaneamente à autarquia e à empresa pública.

- a) Observância do princípio do concurso público.
- b) Natureza pública dos bens da entidade.
- c) Componente da Administração Pública Indireta.
- d) Portadora de personalidade jurídica.
- e) Obediência à Constituição Federal.

44- Assinale a opção incorreta, no tocante à revogação do ato administrativo.

- a) Atos que geraram direitos adquiridos a particulares não podem ser revogados.
- b) A revogação não é o instrumento idôneo para atingir ato administrativo ilegal.
- c) A revogação só pode ocorrer mediante ato da Administração, não podendo ser determinada por decisão judicial.
- d) Os efeitos da revogação retroagem, alcançando os efeitos já produzidos pelo ato revogado.
- e) A revogação do ato administrativo tem como motivo a inconveniência ou a inoportunidade na manutenção de tal ato.

45- Sobre a inexigibilidade de licitação, assinale a opção correta.

- a) Dar-se-á por inexigibilidade a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- b) As hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas na Lei 8.666, de 1993, são exaustivas.
- c) Em tal hipótese de contratação direta, reputa-se desnecessária a justificativa do preço praticado pelo contratado.
- d) O instrumento de contrato é obrigatório em todas as hipóteses de contratação direta mediante inexigibilidade.
- e) Na inexigibilidade, seria viável a competição, mas a lei a reputou inconveniente, possibilitando, assim, a contratação sem licitação.

46- Assinale a opção na qual não consta direito assegurado expressamente pela Constituição Federal a servidor ocupante de cargo público.

- a) Décimo terceiro salário.
- b) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- c) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- d) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- e) Salário mínimo.

47- No que concerne aos direitos e vantagens do funcionário público do município do Rio de Janeiro, disciplinados pela Lei 94, de 1979, assinale a opção incorreta.

- a) A licença concedida ao funcionário, para acompanhar o seu cônjuge, militar ou servidor da Administração Direta ou Indireta, quando este(a) for servir fora do Município do Rio de Janeiro, deve ser renovada a cada três anos.
- b) É vedado levar à conta de férias qualquer falta.
- c) No processamento das licenças para tratamento de saúde, será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados médicos.
- d) Ao funcionário que for convocado para o serviço militar, será concedida licença com vencimento integral.
- e) É considerado tempo de efetivo exercício o período correspondente à licença à funcionária gestante.

48- Sobre a Parceria Público-Privada (PPP), assinale a opção correta.

- a) São modalidades de PPP a concessão patrocinada e a concessão de uso.
- b) É possível que o objeto do contrato de PPP seja atividade regulatória.
- c) A modalidade de licitação para a PPP é a concorrência, não se admitindo, portanto, a realização de lances em viva voz no processo licitatório.
- d) O prazo de vigência do contrato de PPP pode ser de até quarenta anos.
- e) Antes da celebração do contrato de PPP, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

49- No tocante à Responsabilidade Civil do Estado, assinale a opção correta, conforme o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

- a) Os atos jurisdicionais típicos podem ensejar responsabilidade civil objetiva do Estado, sem maiores distinções em relação aos atos administrativos comuns.
- b) É viável ajuizar ação de responsabilidade diretamente em face do agente público causador do dano, ao invés de ser proposta contra a pessoa jurídica de direito público.
- c) O Estado não é passível de responsabilização civil objetiva por atos praticados por notários.
- d) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva em relação aos usuários, bem como em relação a terceiros não usuários do serviço público.
- e) Só haverá responsabilidade objetiva do Estado se o ato causador do dano for ilícito.

50- Em relação ao controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) Ação popular pode ser proposta por pessoa jurídica.
- b) No âmbito do município do Rio de Janeiro, o controle externo será exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Município.
- c) Não é condição para propositura do *Habeas Data* prévio requerimento administrativo.
- d) As decisões do Tribunal de Contas das quais resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo, devendo ser inscritas em Dívida Ativa.
- e) As contas do município do Rio de Janeiro ficarão, durante trinta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

DIREITO EMPRESARIAL

51- Quanto ao estabelecimento empresarial, marque a opção incorreta.

- a) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.
- b) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados.
- c) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.
- d) Salvo disposição expressa em contrário, o alienante do estabelecimento pode fazer concorrência ao adquirente.
- e) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário ou por sociedade empresária.

52- Para o direito empresarial, assinale abaixo a opção que contém uma sociedade empresária personificada.

- a) Sociedade anônima.
- b) Sociedade em conta de participação.
- c) Sociedade simples.
- d) Sociedade em comum.
- e) Sociedade cooperativa.

53- Sobre a sociedade limitada, marque a opção correta.

- a) A sociedade limitada pode adotar o tipo da sociedade simples.
- b) A sociedade limitada, independentemente de seu objeto, será sempre empresarial.
- c) O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- d) Na sociedade limitada, admite-se a contribuição consistente em prestação de serviços.
- e) O capital social divide-se sempre em quotas iguais, assim como ocorre com respeito às ações das companhias.

54- Sobre as sociedades anônimas, marque a opção incorreta.

- a) O voto é um direito essencial dos acionistas.
- b) Na falta de declaração expressa em contrário, em matéria de capital social, os bens transferem-se à companhia a título de propriedade.
- c) O estatuto da companhia fechada pode impor limitações à circulação das ações nominativas, contanto que regule minuciosamente tais limitações e não impeça a negociação, nem sujeite o acionista ao arbítrio dos órgãos de administração da companhia ou da maioria dos acionistas.
- d) A companhia pode negociar com as próprias ações em caso de aquisição, para permanência em tesouraria ou cancelamento, desde que até o valor do saldo de lucro ou reservas, exceto a legal, e sem diminuição do capital social ou por doação.
- e) A sociedade anônima adota denominação social.

55- Todas as operações abaixo envolvem ao menos dois sujeitos de direito, exceto:

- a) fusão.
- b) incorporação.
- c) cisão.
- d) compra e venda de ativos.
- e) transformação.

56- Marque a opção que contém um título de crédito que não admite emissão com cláusula "não à ordem".

- a) A letra de câmbio.
- b) A duplicata mercantil.
- c) A nota promissória.
- d) O cheque.
- e) A cédula de crédito bancário.

57- Assinale a assertiva em que todos os títulos de créditos mencionados admitem protesto por indicação.

- a) Letra de câmbio e nota promissória.
- b) Cédula de crédito bancário e cheque.
- c) Cheque e duplicata.
- d) Nota promissória e cheque.
- e) Duplicata e cédula de crédito bancário.

58- Sobre ações, debêntures, partes beneficiárias e bônus de subscrição, assinale a opção incorreta.

- a) A ação é indivisível em relação à companhia.
- b) O resgate de ações consiste no pagamento do respectivo valor para retirá-las definitivamente de circulação, com redução ou não do capital social.
- c) A companhia poderá emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado.
- d) As partes beneficiárias podem ser emitidas por qualquer sociedade anônima.
- e) A companhia poderá emitir, dentro do limite de aumento do capital autorizado no estatuto, títulos negociáveis denominados bônus de subscrição.

59- Da sentença que declara a falência, cabe:

- a) apelação.
- b) agravo retido.
- c) embargos infringentes.
- d) agravo de instrumento.
- e) embargos de divergência.

60- Com respeito à realização do ativo na atual Lei de Falências, marque a forma de alienação dos bens do falido que tem a maior preferência.

- a) Alienação da empresa, com a venda de seus estabelecimentos em bloco.
- b) Alienação em bloco dos bens que integram cada um dos estabelecimentos do devedor.
- c) Alienação da empresa, com a venda de suas filiais ou unidades produtivas isoladamente.
- d) Alienação do principal estabelecimento em bloco e dos demais bens isoladamente.
- e) A venda dos bens individualmente considerados.

DIREITO CIVIL

61- Assinale a opção correta.

- a) O registro da pessoa jurídica declarará o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.
- b) A capacidade de fato ou de exercício é inerente a todo o ser humano, já que é a aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações.
- c) As pessoas com mais de 70 anos são consideradas relativamente incapazes, pois a lei presume que elas não têm o necessário discernimento para praticar os atos da vida civil.
- d) O recém-nascido, por não poder exercer pessoalmente os atos da vida civil, não pode ter direitos e obrigações de qualquer espécie.
- e) Os funcionários públicos consideram-se domiciliados no lugar onde exercem suas funções, mesmo que periódicas ou temporárias.

62- Sobre a herança de pessoa viva podemos afirmar que:

- a) pode ser objeto de cessão de direitos.
- b) pode ser objeto de cessão, desde que condicionada ao falecimento do *de cuius*.
- c) pode ser objeto de cessão, desde que a isso não se oponha tal pessoa.
- d) pode ser objeto de cessão para satisfação dos atuais credores.
- e) não pode ser objeto de cessão.

63- Nas obrigações provenientes de ato ilícito absoluto, considera-se o devedor em mora desde

- a) o trânsito em julgado da sentença condenatória, proferida em ação indenizatória.
- b) o recebimento da denúncia ofertada pelo Ministério Público na ação penal.
- c) o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- d) o momento em que o praticou.
- e) a citação.

64- Sobre o encargo como óbice à aquisição ou ao exercício de direito, é correto afirmar que o encargo:

- a) enquanto não cumprido, configura óbice à aquisição ou ao exercício de direito.
- b) enquanto não cumprido, se traduz em óbice ao exercício do direito, não à aquisição.
- c) não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.
- d) enquanto não cumprido, se traduz em óbice à aquisição, não ao exercício do direito de forma precária.
- e) enquanto não cumprido, não suspende o exercício do direito de forma precária.

65- Assinale a afirmativa correta.

- a) Ao praticar um ato que tenha por objetivo encobrir outro de natureza diversa, o agente pratica uma simulação absoluta.
- b) É anulável o ato jurídico por incapacidade relativa do agente.
- c) O vício de forma gera a nulidade e não a anulabilidade do ato jurídico.
- d) É nulo o ato jurídico quando eivado de vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude.
- e) A desconstituição do ato jurídico pode produzir efeitos *ex nunc* ou *ex tunc*, conforme a causa determinante da respectiva invalidade.

66- A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários:

- a) aproveita a todos os demais credores.
- b) só aproveita àquele a que se refere, jamais se estendendo aos demais credores.
- c) estende-se aos demais credores, quer seja a obrigação divisível, quer seja indivisível.
- d) estende-se aos demais credores, se a obrigação for também indivisível.
- e) estende-se aos demais credores, se a obrigação for divisível.

67- Assinale a opção incorreta.

- a) Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.
- b) O possuidor turbado ou esbulhado na posse, não poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, mesmo que o faça logo, pois os atos de defesa ou de desforço não podem ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse.
- c) A posse do imóvel faz presumir, até prova em contrário, a das coisas móveis que nele estiverem.
- d) A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
- e) O possuidor tem o direito de ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no caso de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

68- Quanto à novação, assinale a opção incorreta.

- a) Se o novo devedor for insolvente, tem o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro, salvo se este obteve por má-fé a substituição.
- b) Não havendo ânimo de novar, expresso ou tácito mas inequívoco, a segunda obrigação confirma simplesmente a primeira.
- c) A novação extingue os acessórios e garantias da dívida, sempre que não houver estipulação em contrário.
- d) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente do consentimento deste.
- e) Dá-se a novação quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior, ou quando novo devedor sucede ao antigo ficando este quite com o credor.

69- Quanto ao inadimplemento das obrigações, é correto afirmar, exceto:

- a) nas obrigações negativas, o devedor é havido por inadimplente, desde o dia em que executou o ato que se devia abster.
- b) a cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- c) se o prejuízo exceder ao previsto na cláusula penal, poderá o credor exigir indenização suplementar, se assim não tiver sido convencionado.
- d) responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.
- e) a parte inocente pode pedir indenização suplementar, se provar maior prejuízo, valendo as arras como taxa mínima. Pode, também, a parte inocente exigir a execução do contrato, com perdas e danos, valendo as arras como o mínimo da indenização.

70- Assinale a opção correta.

- a) O usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.
- b) São direitos reais de fruição sobre coisas alheias o uso, o usufruto, a habitação, o penhor, a hipoteca e a anticrese.
- c) O compromissário comprador de imóvel loteado só pode ceder os direitos e obrigações que assumiu se houver anuência expressa do promitente vendedor, que pode recusar a pessoa do cessionário.
- d) Quando o uso consistir no direito de habitar gratuitamente casa alheia, o titular desse direito poderá ocupá-la com sua família ou emprestá-la.
- e) Extingue-se a servidão predial pelo óbito do dono do prédio dominante, pois a obrigação, no caso de morte do dono do prédio serviente, transmite-se aos herdeiros.

DIREITO PENAL

71- Assinale a opção correta entre as assertivas abaixo relacionadas aos crimes contra a pessoa previstos no Código Penal brasileiro.

- a) Ana, menor de 17 anos, mata seu marido por tê-la traído com a sua melhor amiga. Nesse caso, responderá pelo delito de homicídio privilegiado.
- b) Sebastião induz Carla ao suicídio lembrando que a vida no céu é melhor que a vida na terra. Nesse caso, Sebastião responde pelo crime de indução ao suicídio e Carla pelo crime de suicídio.
- c) Acrísia mata seu filho logo após o parto. Nesse caso, responderá pelo delito de aborto.
- d) Álvaro afirma, de forma mentirosa, que Marcos é o sujeito que a Polícia está procurando pela prática de vários estupros. Nesse caso, Álvaro responde pelo crime de calúnia.
- e) Amélia recusa-se a transportar Marta, pessoa gravemente ferida. Marta sobrevive. Nesse caso, Amélia responde pelo crime de tentativa de homicídio.

72- Salazar, rico comerciante, apresenta documentação falsa junto à Caixa Econômica Federal com a finalidade de obter financiamento para a aquisição de apartamento em programa federal que privilegia as pessoas de baixa renda que não possuem imóveis próprios. Assim, Salazar apresenta certidão falsa de que não possui outro imóvel. Também, na mesma oportunidade, apresenta contracheque falso que indica ter renda de dois salários-mínimos. À luz do previsto nos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e nos Crimes contra o Patrimônio, julgue os itens abaixo assinalando o correto.

- I. Salazar ao obter, mediante fraude, financiamento em instituição financeira comete crime previsto na Lei n. 7.492/86 (Lei dos Crimes do Colarinho Branco);
 - II. Salazar comete o crime de furto mediante fraude;
 - III. Salazar comete o crime de estelionato;
 - IV. Salazar comete o crime de apropriação indébita.
- a) Todos estão corretos.
 - b) I e IV estão corretos.
 - c) Somente I está correto.
 - d) I e III estão corretos.
 - e) III e IV estão corretos.

73- Ademir, policial militar, exige pagamento de dinheiro para relaxar a prisão de indivíduo implicado no tráfico de maconha, constringendo a liberdade do indivíduo para que conceda ao policial a vantagem indevida. À luz do previsto dos Crimes contra a Administração Pública, julgue os itens abaixo assinalando o correto enquadramento da situação fática descrita.

- a) Crime de Concussão.
- b) Crime de Prevaricação.
- c) Crime de Condescendência Criminosa.
- d) Crime de Corrupção Ativa.
- e) Crime de Excesso de Exação.

74- Governador de estado da federação brasileira apropria-se de carro de luxo pertencente a particular que tinha sido cedido para uso temporário por empresário da capital. Nessa hipótese, o governador terá cometido uma conduta típica e ilícita de crime de:

- a) furto.
- b) prevaricação.
- c) corrupção passiva.
- d) tráfico de influência.
- e) peculato.

75- Analise as assertivas abaixo relativas à improbidade administrativa, nos termos da Lei n. 8.429/92, assinalando a correta.

- a) O Ministério Público não é parte legítima para promover ação civil pública visando o ressarcimento do dano ao erário público.
- b) Uma sanção prevista na Lei n. 8.429/92 é a multa civil.
- c) Será punido com a pena de suspensão o agente público que se recusa a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsamente.
- d) A ação de improbidade terá o rito sumário.
- e) Não é possível o pedido de sequestro dos bens do agente público.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

76- Sobre a organização da administração pública brasileira, é correto afirmar que:

- a) por serem qualificadas como autarquias de natureza especial, as agências reguladoras integram a administração direta.
- b) ao contrário do que ocorre em relação às autarquias, a lei não cria empresas públicas, apenas autoriza sua instituição.
- c) agências reguladoras e agências executivas são categorias de entidades pertencentes à administração indireta.
- d) a Constituição Federal veda, aos municípios, a criação de autarquias.
- e) no âmbito federal, as empresas públicas subordinam-se, hierarquicamente, aos ministérios a que se vinculem.

77- No Brasil, o modelo de administração burocrática:

- a) atinge seu ápice ao final da década de 1950, com a instalação do Ministério da Desburocratização.
- b) emerge nos anos 1930, sendo seu grande marco a criação do DASP.
- c) permanece arraigado, em sua forma weberiana, até nossos dias, sendo esta a razão da falência do modelo gerencial.
- d) deve-se mais à política do café-com-leite que ao início do processo de industrialização.
- e) foi completamente substituído pelo modelo gerencial implantado ao final do século XX.

78- Nas organizações públicas, a aplicação dos preceitos de gestão estratégica implica saber que:

- a) o plano operacional deve ser concebido antes do plano estratégico.
- b) a duração do plano estratégico deve se limitar ao tempo de mandato do chefe do poder executivo.
- c) tal como ocorre na iniciativa privada, missão e visão devem ser estabelecidas.
- d) por exercerem mandatos, os integrantes da alta cúpula não podem participar da tomada de decisões estratégicas.
- e) o orçamento é a peça menos importante dentro do processo de planejamento.

79- Em um contexto de gestão empreendedora, é incorreto afirmar que a administração fiscal deve:

- a) coletar tributos visando atender, com maior eficácia, o bem comum.
- b) adotar princípios de gestão de negócios, como a proatividade e o controle por objetivos e metas.
- c) ser gerenciada como uma empresa que visa maximizar o lucro, aqui medido sob a forma de arrecadação.
- d) submeter seus resultados a avaliações feitas pela sociedade.
- e) incorporar novas tecnologias, facilitando e estimulando a troca de informações com o cidadão-cliente.

80- Acerca do federalismo fiscal em nosso país, é correto afirmar que:

- a) segundo recente decisão do Supremo Tribunal Federal, os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal têm vigência até o final do exercício de 2012.
- b) nos casos de guerra fiscal, a Constituição Federal faculta, ao Congresso Nacional, estipular alíquotas máximas para impostos estaduais.
- c) de acordo com a LRF, é permitida a realização de transferências voluntárias para município que deixe de instituir, prever e arrecadar todos os tributos de sua competência.
- d) em sua atual forma, a Constituição Federal estimula a guerra fiscal travada por estados e municípios contra a União.
- e) aos estados é permitido, mediante lei complementar, instituir impostos que tenham fato gerador ou base de cálculo distintos dos previstos na Constituição Federal.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br